



JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

1. DO CONTEXTO FÁTICO E DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

A presente contratação emergencial decorre da necessidade urgente de garantir a continuidade dos serviços de manutenção preventiva, corretiva, melhoria e ampliação do sistema de iluminação pública do Município de Iguatu/CE, os quais se encontram descobertos de contrato regular desde o início da atual gestão municipal.

Constata-se que o contrato anterior venceu sem que houvesse a prorrogação contratual ou realização tempestiva de novo procedimento licitatório, resultando em vácuo contratual em um serviço essencial. Tal situação compromete diretamente a regularidade da gestão pública e a prestação de serviço indispensável à população.

Nesse contexto, não é razoável ou legalmente admissível a paralisação dos serviços de iluminação pública, uma vez que tal descontinuidade comprometeria aspectos fundamentais como: segurança urbana e patrimonial; mobilidade noturna e acessibilidade; qualidade de vida e bem-estar da população; manutenção de espaços públicos e praças; redução de acidentes e criminalidade.

2. DO REGIME JURÍDICO ADOTADO E DO FUNDAMENTO LEGAL

A contratação ora pretendida está amparada no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que permite a contratação direta, por dispensa de licitação, nos seguintes termos:

“em casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares...”

3. DA ESSENCIALIDADE DO SERVIÇO E DO PERIGO DE SUA DESCONTINUIDADE

O serviço de iluminação pública é essencial à vida urbana, classificado como serviço contínuo e indispensável à coletividade. Sua execução está diretamente ligada ao direito à cidade segura, à mobilidade urbana, à prevenção à violência e à acessibilidade noturna.

A interrupção desse serviço representa grave risco à segurança pública, especialmente em bairros periféricos, praças, avenidas e áreas escolares, o que impõe resposta imediata e proporcional da Administração Pública.

4. DA IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO TEMPESTIVA DE PROCESSO LICITATÓRIO REGULAR

Embora a Administração já tenha determinado a elaboração de novo edital para a contratação ordinária, não há tempo hábil para conclusão da licitação antes do colapso operacional, dada a complexidade do objeto e o número de empresas participantes.

A contratação emergencial justifica-se como medida transitória, proporcional, legal e voltada à garantia da continuidade do serviço essencial até que o novo procedimento licitatório seja concluído.

5. DA COMPATIBILIDADE DA CONTRATAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, EFICIÊNCIA E INTERESSE PÚBLICO

A contratação emergencial está alinhada aos princípios fundamentais da Lei nº. 14.133/2021, notadamente: legalidade, planejamento, segurança jurídica, eficiência e interesse público.

A medida é necessária, adequada e proporcional à urgência da demanda, não sendo escolha discricionária, mas imposição legal e de responsabilidade da Administração.

6. CONCLUSÃO

Resta caracterizada a situação emergencial que justifica a contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, visando garantir a continuidade dos serviços de iluminação pública no Município de Iguatu/CE, até que se conclua o devido procedimento licitatório regular.

Solicita-se, portanto, o imediato processamento da contratação, com amparo nesta justificativa, acompanhada do Projeto Básico e demais documentos exigidos para a formalização contratual.

Iguatu/CE, em 11 de fevereiro de 2025.



ANTONIO RICARTE SOBRINHO
Secretário Municipal de Infraestrutura
Prefeitura de Iguatu/CE

